



Comunicado de Imprensa nº 11/474
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
19 de Dezembro de 2011

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

FMI conclui segunda avaliação do acordo EFF com Portugal, aprova desembolso de 2,9 mil milhões de euros

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a segunda avaliação do desempenho de Portugal no contexto do programa económico apoiado por um acordo trienal ao abrigo do Programa de Financiamento Ampliado (EFF, na sigla inglesa) no montante de DSE 23,742 mil milhões (cerca de 28,0 mil milhões de euros). Concluída a avaliação, um montante equivalente a DSE 2,425 mil milhões (cerca de 2,9 mil milhões de euros) fica imediatamente disponível, perfazendo um total de DSE 11,503 mil milhões (cerca de 13,6 mil milhões de euros) em desembolsos ao abrigo do EFF.

O EFF foi aprovado em 20 de Maio de 2011 (ver [Comunicado de Imprensa nº 11/190](#)) como parte de um pacote de financiamento coordenado com a União Europeia que ascende a 78 mil milhões de euros ao longo de três anos. Ele permite o acesso em carácter excepcional aos recursos do FMI, equivalente a 2.306 por cento da cota de Portugal na instituição, e foi aprovado através do procedimento de via rápida do Mecanismo de Financiamento de Emergência do FMI.

O primeiro subdirector-geral e presidente em exercício do Conselho, Sr. David Lipton, fez a seguinte declaração ao término das discussões:

“Foram feitos bons progressos até à data na implementação das políticas; contudo, em vista das pressões negativas geradas pela deterioração da conjuntura externa, a perseverança e a determinação na execução do ambicioso programa orçamental e na realização das duras reformas estruturais assumirão relevância crítica, juntamente com o contínuo apoio europeu.

É de saudar o robusto orçamento de 2012 e o seu foco na redução das despesas. Embora as derrapagens orçamentais verificadas em 2011 tenham levado ao uso dos activos dos fundos de pensões dos bancos para cobrir o défice, as medidas concretas e arrojadas contidas no orçamento devem ajudar a cumprir as ambiciosas metas orçamentais para 2012.

Os planos orçamentais das autoridades estão solidamente assentes num quadro integrado que reconhece e trata abertamente a contribuição das empresas públicas, das parcerias público-privadas e das administrações regionais e locais para as actuais pressões orçamentais. O controlo sobre as autorizações de despesas — que está a ser reforçado no contexto das reformas estruturais das finanças públicas, ora em curso — será importante para o cumprimento das metas.

Os bancos se defrontam com um ambiente difícil, inclusive pela necessidade de reforço substancial dos níveis de capitalização para cumprir as novas exigências da Autoridade Bancária Europeia em termos de salvaguardas. A despeito do esforço dos bancos em reforçar o capital através de fontes privadas, talvez seja necessário algum apoio governamental à recapitalização bancária. É importante assegurar que as futuras regras a aplicar a este apoio permitam que os bancos continuem a ser geridos em bases comerciais. Em vista da contracção das finanças públicas e do abrandamento da procura externa, urge evitar que a desalavancagem bancária ocorra à custa de uma contracção excessiva do crédito às empresas dinâmicas.

As reformas estruturais estão a avançar, e devem ser mantidos os vigorosos esforços em áreas como o mercado laboral e a estrutura concorrencial pois, com o tempo, estas reformas tenderão a pressionar em baixa os preços relativos. A decisão de não adoptar uma desvalorização fiscal gera uma lacuna considerável na agenda de reformas estruturais que precisa ser suprida com medidas alternativas para aumentar a concorrência. É de saudar, nesse sentido, o compromisso das autoridades, em consulta com as partes interessadas, de aprofundar e intensificar o foco da agenda de reformas aquando da próxima avaliação.”